



Revista Brasileira de Marketing

E-ISSN: 2177-5184

admin@revistabrasileirmarketing.org

Universidade Nove de Julho

Brasil

Kay, Patricia

Sociedade do espetáculo e jornalismo impresso

Revista Brasileira de Marketing, vol. 4, 2005, pp. 25-37

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471747513003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sociedade do espetáculo e jornalismo impresso*



Patricia Kay

Professora do curso de Comunicação Social – Uninove;
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC-SP;
Mestre em Comunicação Social – Universidade Metodista de São Paulo.

São Paulo – SP [Brasil]

p.kay@ig.com.br

patriciakay@uninove.br



*Texto produzido no contexto da disciplina Metodologia da Pesquisa em Comunicação ministrada, pela autora, para o 1º ano de Comunicação Social e apresentado na abertura da Semana de Comunicação do curso de Comunicação Social da Universidade de Mogi das Cruzes, em 2003.

A preocupação que orienta nossa discussão diz respeito ao papel da mídia na sociedade contemporânea, mais especificamente quanto às práticas de jornalismo, inseridas na difusão dos produtos da indústria cultural na forma de espetáculo.

Para Guy Debord (1997), autor da *Teoria da Sociedade do Espetáculo*, o tratamento espetacular dado pela mídia aos principais fatos de relevância social ocorridos na segunda metade do século XX não levou em consideração a verdade, ou seja, a revelação dos interesses que envolveram os acontecimentos narrados, a exemplo do assassinato de Kennedy e Aldo Moro; as ações dos movimentos sociais em maio de 68 e a revolução dos cravos de 75; a corrida nuclear e armamentista comandada pelos EUA e a URSS, no contexto da guerra fria; as ações criminosas da máfia e o terrorismo de direita ou de esquerda.

Com base nessa afirmação o autor explica o processo pelo qual a mídia, por meio do espetáculo, corrobora com a construção da realidade no âmbito da sociedade:

(...) o sentido final do espetacular integrado é o fato de ele se ter integrado na própria realidade à medida que falava dela e tê-la reconstruído ao falar sobre ela. Agora essa realidade não aparece diante dele como coisa estranha. Quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje, nada lhe escapa. O espetáculo confundiu-se com toda a realidade, ao irradiá-la. (DEBORD, 1997, p. 173).

Desse modo, a confusão entre espetáculo e realidade não é uma construção ingênua e se realiza sistematicamente ao longo da produção de toda a indústria cultural e o jornalismo, considerado o cerne da produção e da divulgação de informação verdadeira, não foge a essa regra. Exemplo disso é o tratamento dado pela imprensa ao problema da reforma agrária no Brasil. As questões sociais relativas aos problemas da redistribuição da terra, que envolvem desde a desapropriação de latifúndios, passando pela regularização da posse da terra aos assentados, até a destinação de recursos financeiros para a produção, não são objetos noticiáveis, quando muito aparecem em uma ou outra edição como caso ou relato de vida sobre as dificuldades que um trabalhador rural sem-terra passa. Objeto de notícia são as ações espetaculares realizadas pelos atores sociais envolvidos na disputa ideológica pela implementação das políticas para a reforma agrária.

Nesse contexto, a era FHC, que compreendeu dois mandatos consecutivos, foi marcada por embates políticos com o movimento camponês em que pese os compromissos assumidos, no início do primeiro mandato, com as reformas sociais mais especificamente com os problemas do campo.

A imprensa imediatamente tratou de narrar os acontecimentos de maneira espetacular focando o noticiário sobre o conflito de interesses entre o governo e o MST, disputa que envolveu também ações espetaculares de ambas as partes. Esse tratamento foi acompanhado, por nós, por meio das publicações do jornal Folha de S.Paulo, veiculadas no período de 03 a 15 de maio de 2000, perfazendo um total de 13 edições. Entre as matérias publicadas selecionamos quatro

para exemplificar a respeito da abordagem do jornal sobre o tema.

Em 03 de maio de 2000 o jornal publicou matéria, na editoria Brasil página 1-4, sob o título *MST faz onda de invasões: governo critica 'atentados'* acompanhado da seguinte chamada: *Questão agrária – Movimento age em 12 Estados; Gregori fala em 'escalada'*. A matéria, ainda, contém foto de ativistas do MST (deitados com o rosto para o chão e as mãos acima da cabeça) sendo controlados pela tropa de choque da polícia do Paraná, em manifestação ocorrida na BR-277, com a seguinte legenda: *Policiais da Tropa de Choque do Paraná observam sem-terra detidos após confronto na rodovia BR-277, que deixou 80 feridos*.

De acordo com o jornal, o MST provocou “uma onda de invasão de prédios públicos” estendendo as manifestações por todo o país, desde o Amazonas até o Paraná. Destaca que houve, ainda, acampamento em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e impedimento de rodovias como a BR-277, eventos que motivaram o conflito entre manifestantes e policiais da tropa de choque do Paraná. O veículo ressalta que muitos integrantes não estavam somente se manifestando pela reforma agrária, mas, também, atuando em prol de outras reivindicações entre elas, exigiam uma reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso para tratar de benefícios públicos para os assentamentos. Segundo José Gregori, ministro da justiça, o governo entendeu as ações como “[...] atentados e fará o que for preciso para manter o estado de direito”.

O jornal alegou que o MST não estava somente se manifestando pela reforma agrária, mas, também, reivindicando encontro com o presidente para tratar de benfeitorias nos

assentamentos já existentes. Ao separar “reforma agrária” de “benfeitorias aos assentamentos já existentes” o jornal indica que ambos não fazem parte do mesmo problema, levando ao entendimento de que a política de reforma agrária se restringe apenas às ações de distribuição de áreas para os sem-terra excluindo, dessa forma, a obrigação, por parte do Estado, de promover a infra-estrutura necessária para que os assentados nas áreas distribuídas possam habitá-las e tenham condições materiais de nelas produzirem.

O jornal utilizou as palavras, que possuem interpretação negativa e que estão relacionadas ao crime e à violência e que foram proferidas pelo governo, “atentados” e “escaladas” em cada um de seus títulos, usadas para dar exatamente essa conotação; no texto apresentado pelo jornal essas palavras foram utilizadas pelo ministro da Justiça, José Gregori, para definir as ações do MST, sinalizando que a partir desse entendimento, o governo “fará o que for preciso para manter o estado de direito”.

O jornal apresentou aparente imparcialidade ao mostrar os dois lados envolvidos na ocorrência, porém, com ênfase nos aspectos negativos das ações do MST. Dessa forma, estabeleceu como verdade a posição do governo e retirou a possível legitimidade da posição do MST.

Em 11 de maio de 2000 o jornal estampou na primeira página manchete sob o título *FHC libera verba para isolar MST*, cujo tema foi desenvolvido nas páginas A4 e A6 da editoria Brasil. O jornal noticiou que o governo aumentou em R\$ 2,5 bilhões a verba do Ministério do Desenvolvimento Agrário para atender pedido da Contag a favor de agricultores familiares como forma de esvaziar proposta do MST. Segundo o jornal, além da liberação da verba adicional o

governo pretende eliminar a “[...] correção monetária e a adoção de juros de 3% ao ano nos novos empréstimos e nas dívidas contraídas de 95 a 97 por pequenos agricultores no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)” (p. A4). Ainda segundo o jornal “[...] os novos recursos correspondem a aumento de 46% da verba prevista para o setor”.

Além da notícia sobre as medidas de retaliação do governo ao MST, com o propósito de esvaziar o movimento, o jornal divulgou o aumento da verba destinada pelo governo à reforma agrária em 46%. No entanto, não questionou e nem apurou de onde viriam esses recursos anunciados pelo governo. Nesse caso o jornal ao não verificar a veracidade da declaração emitida a divulga como se fosse a verdade absoluta.

Paulistanos são contra invasões foi o título da manchete estampada na capa da edição de 13 de maio de 2000 publicada pelo jornal. Segue-se ao título a chamada: *70% rejeitam ações em terras, e 75% em prédios; 52% reprovam atuação de FHC em relação à reforma agrária*, e que tem como base a pesquisa realizada pelo DataFolha, no dia 11 de maio, com 1.080 eleitores da cidade de São Paulo. Segundo o jornal, o que motivou a pesquisa foi o interesse em verificar a opinião pública “[...] após a semana em que o noticiário ficou centrado na queda de braço entre o governo e sem-terra”.

Na página A4 da editoria Brasil, encontra-se matéria sob o título *Paulistano apoia reforma agrária, mas rejeita invasão*, cuja chamada específica *70% são contra as invasões de terra, e 75% contra as de prédios*. No texto encontram-se os seguintes dados: “[...] o governo é apontado pela maioria (55%) como responsável pela má distribuição de terra no país. Grandes fazendeiros 13% e grandes empresários 8%, 14%

culpam todos esses agentes". Quanto à motivação do MST os entrevistados, segundo dados da pesquisa, se posicionaram da seguinte forma: "[...] 46% acham que o MST atua com vistas a uma melhor distribuição de terras; enquanto 43% opinam que o objetivo é político (prejudicam o governo FHC)". Sobre a utilização de força policial para conter manifestantes os dados obtidos na pesquisa indicaram que a maioria dos entrevistados é contra o uso do Exército nas seguintes situações: manifestação de rua – contra 60% e a favor 36%; invasões de terra – contra 54% e a favor 42%; desocupação de prédios públicos – contra 56% e a favor 41%; para acabar com greves 70% se colocaram contra essa medida usada pelo governo. No entanto, 52% dos entrevistados aprovam o uso da Polícia, segundo a mesma pesquisa, para impedir manifestação de rua, enquanto 44% colocam-se contra. A pesquisa, veiculada no jornal, levantou, também, os seguintes dados sobre a popularidade do presidente "A avaliação do governo FHC é a segunda pior desde 95, 48% o consideram ruim e péssimo, para 12% de ótimo ou bom". Quanto ao tema da pesquisa foi publicado que: [...] "52% consideram ruim ou péssima a atuação do presidente em relação à reforma agrária".

A pesquisa realizada com intenção de medir a opinião pública sobre a "queda de braço entre o governo e sem-terra", curiosamente entrevistou somente moradores da cidade de S.Paulo, considerada o centro financeiro do país. Pelo fato de tratar dos problemas da reforma agrária, foram entrevistados apenas moradores da capital descartando-se, portanto os habitantes das cidades do interior do estado. O resultado divulgado demonstrou o óbvio: o cidadão não acredita nas políticas governamentais para a reforma agrá-

ria, porém não concorda com as iniciativas do MST. No entanto, o problema não está na divulgação do óbvio, mas na ausência de explicação das suas razões de ser. Com isso esvazia-se o conteúdo do porquê é (motivo ou razão de ser do problema) para afirmar o que é (constatação da existência do problema), ou seja, a matéria explica o que todos já sabem: o governo é ineficiente para tratar dos problemas da reforma agrária e o MST toma decisões consideradas reprováveis para fazer pressão ao governo como forma de conquistar seus objetivos, o que não se explica são as causas da ineficiência do Estado e nem tampouco as razões que levaram o MST à suas ações.

Em 15 de maio de 2000 a manchete estampada na capa do jornal anuncia *Governo suspende verba para a reforma agrária* e a chamada justifica *Repasse param por 10 dias para apuração de desvio como os praticados pelo MST*. No texto encontra-se informação sobre a suspensão de verbas, pelo governo, para projetos de assentamento, motivado pela realização de auditoria “[...] sobre aplicação dos recursos do programa, com a finalidade de detectar desvios”. O jornal esclarece o problema da seguinte forma:

- 1) “(...) conforme a Folha noticiou ontem, o MST tem se apoderado de parte da verba destinada pelo governo à reforma agrária, por meio da cobrança de um pedágio de 3% sobre os repasses federais aos assentamentos sob o seu comando”;
- 2) “(...) documentos da Secretaria de Agricultura Familiar indicam mais problemas no setor, informa Josias de Souza, responsável pelo crédito a assentados. Entre eles,

financiamento a projetos inadequados e negligência na cobrança de dívidas”.

Na editoria Brasil, página A4, soma-se às informações divulgadas na capa do jornal os seguintes detalhes sobre o escândalo: “técnicos remunerados pelo erário para dar assistência a assentamentos localizados no município de Bituruna estão, na realidade a serviço do MST. Eles recolhem de assentados e de empresários o pedágio de 3% sobre todos os repasses feitos pelo governo federal”. As informações completam em tom de denúncia: “depoimentos gravados pela Folha reforçam a sensação de que se instalou nos assentamentos um esquema de desvio de verbas públicas”.

Na página A5 da mesma editoria encontra-se matéria sob o título *Rainha (líder do MST) anuncia novas invasões a prédios*. O texto apresenta informação sobre as pretensões do MST em dar continuidade à estratégia de invasões como forma de protesto e de pressão ao governo com a finalidade de conquista das reivindicações do movimento.

O texto publicado na página A4 desenvolve detalhada explicação sobre um suposto esquema de desvio de verba pública destinada aos assentamentos sob a responsabilidade do MST, cuja denúncia partiu do próprio jornal em matéria veiculada no dia anterior. A matéria também apresenta a posição do governo em suspender o repasse de verbas para os sem-terra até sair o resultado da auditoria nas contas do movimento. Já o texto publicado na página A5 apresenta as queixas do líder do MST relativas às dificuldades que o movimento enfrenta em conseguir a liberação de verbas junto ao poder público para os assentamentos e sobre as atitudes de retaliação ao movimento por parte do governo. Tanto os espaços quanto os conteúdos

destinados, pelo jornal, às matérias apresentam desproporcionalidade: a que denúncia irregularidade no MST é longa e detalhada, já a que aponta as razões do MST é curta e superficial. Isso indica a tendência do jornal em adotar uma posição, no mínimo, desfavorável ao MST, essa afirmação é corroborada em outras matérias disponíveis no jornal: a que trata da denúncia ao MST (página 4), antecede a que apresenta os esclarecimentos do líder do MST sobre as ações do movimento (página 5), além disso, o destaque de capa é para a denúncia. Esses fatores levam o leitor a desconfiar da posição do MST.

O que mais nos chama a atenção, porém, é o fato do jornal ter publicado duas matérias consecutivas (dias 14 e 15) contendo denúncias sobre esquema de corrupção existente no MST tendo o veículo, no dia 13, publicado pesquisa medindo a opinião pública sobre a disputa entre governo e MST, cujo resultado apontou que 52% dos entrevistados “[...] consideram ruim ou péssima a atuação do presidente em relação à reforma agrária [...]” e 46% dos entrevistados “[...] acham que o MST atua com vistas a uma melhor distribuição de terras”.

Por fim, ao analisarmos o conjunto das matérias publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo, analisadas neste estudo, percebemos o domínio do espetáculo perpassando todos os âmbitos da sociedade, obedecendo, para isso, a lógica do “espetacular integrado”, que “[...] se caracteriza pela combinação de cinco aspectos principais: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo” (DEBORD: 1997: p. 175).

A prescrição dos especialistas determinando os encaminhamentos dos problemas sociais, como forma de dominação inerente ao aspecto da “renovação tecnológica”

instaurada pelo capitalismo, encontra-se, por exemplo, na fala do Ministro da Justiça, que representa a competência técnica em assuntos de segurança e de lei, ou, ainda, nos dados obtidos pelo DataFolha, que representa a competência técnica sobre a produção de pesquisa, e, por fim, nas denúncias divulgadas pelo jornal Folha de S.Paulo, que representa a competência técnica na averiguação jornalística sobre os fatos. Desse modo, pela lógica da “inovação tecnológica” todos devem se submeter aos cálculos e juízos dos especialistas e acabam submetendo-se.

A “fusão econômico-estatal” diz respeito ao aspecto do “espetacular integrado” que apresenta a força do Estado como defensora e aliada da força econômica do capital, essa aliança retira a distinção entre ambas as forças assegurando a unidade de interesse e de ação entre elas, constituindo-as numa única força de dominação. Assim, percebe-se nas posições adotadas pelo governo FHC na resolução dos problemas da reforma agrária a defesa dos interesses econômicos hegemônicos, como sendo do próprio governo, em detrimento do justo e legítimo interesse dos trabalhadores sem-terra que dependem do governo para a realização da reforma agrária. Para manter oculta a sua intrínseca relação com as forças econômicas hegemônicas do capital, o governo dissimula sua posição, comprometida com o poder econômico, em relação à reforma agrária responsabilizando o MST pela lentidão e ineficiência de pôr em prática as políticas públicas necessárias à realização da reforma agrária. O governo “pessoaliza” a questão para retirar dela o seu caráter eminentemente político.

A dominação pelo “espetacular integrado” se consuma por meio da mídia que permite a manutenção do “segredo generalizado”, da “mentira sem contestação” e do “presente

perpétuo". O jornal Folha de S.Paulo se mostrou favorável desses aspectos dando continuidade ao domínio do "espetacular integrado".

Em nenhum momento, no período analisado, o jornal buscou conhecer e dar a conhecer as reais razões do conflito entre governo e MST, mantendo oculto as raízes históricas que acabaram por determinar posições tão antagônicas. É para isso que serve o espetáculo, na medida em que organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido. O mais importante é o mais oculto" (DEBORD, 1997: p. 176-177).

Para proteção do "segredo generalizado", a fim de manter o mais importante oculto, é preciso, ainda, manter insistentemente a "mentira sem contestação" e, deste ponto de vista, o jornal cumpriu o papel de agente de manutenção da mentira ao não contestar, por exemplo, o absurdo anúncio do governo de que aumentara em 46% a verba destinada à reforma agrária, naquele período. Desse modo, segundo Debord (1997: 178-179): "[...] com a destruição da história, o próprio acontecimento contemporâneo logo se afasta para uma distância fabulosa, em meio a narrativas inverificáveis, estatísticas incontroláveis, explicações inverossímeis e raciocínios insustentáveis". Infelizmente: "[...] a verdade deixou de existir (...) ficou reduzida a uma hipótese que nunca poderá ser demonstrada. A mentira sem contestação consumou o desaparecimento da opinião pública, que, de início, ficara incapaz de se fazer ouvir e, logo em seguida, de ao menos se formar" (DEBORD, 1997: p. 176).

Deste ponto, atendendo a sua lógica interna, o “espetáculo integrado” culmina perpetrando o “presente perpétuo”, que se constitui na:

(...) construção de um presente (...) que quer esquecer o passado (...) conseguida pela circulação incessante da informação, que a cada instante retorna a uma lista bem sucinta das mesmas tolices, anunciadas com entusiasmo como novidades importantes, ao passo que só se anunciam pouquíssimo, e aos arrancos, as notícias de fato importantes, referentes ao que de fato muda. (DEBORD, 1997: p. 176)

O jornalismo, portanto, tornou-se partícipe do “espetáculo integrado”, pois “[...] aquilo que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse. Ele fala então de outra coisa, e é isso que, a partir daí, afinal, existe. As conseqüências práticas, como se percebe, são imensas” (DEBORD, 1997: p. 182).

Referências

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

FOLHA DE S.PAULO, Jornal. Caderno Brasil, Jornal Folha de S.Paulo, Edições 03, 11, 13 e 15 de maio de 2000, Grupo Folha. Disponível em: <<http://folha.uol.com.br/search?site=jornal&q=cadernos+brasil+de+maio+de+2000>>. Acessado em: nov. 2004.

Para referenciar este texto:

KAY, P. Sociedade do espetáculo e jornalismo impresso. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 4, p. 25-37, 2005.

